



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ISADORA D' LOURDES ARAÚJO CAVALCANTE

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO SÃO
JOSÉ JOVEM NO ESTADO DO CEARÁ**

FORTALEZA

2025

ISADORA D' LOURDES ARAÚJO CAVALCANTE

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO SÃO JOSÉ
JOVEM NO ESTADO DO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de Graduação
em Gestão de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Profa. Dra. Aiala Viera Amorim
Coorientador: Prof. Dr. José Lenho Silva
Diógenes

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C364p Cavalcante, Isadora d' Lourdes Araújo.
Políticas públicas para a agricultura familiar : o caso do São José Jovem no estado do Ceará / Isadora d' Lourdes Araújo Cavalcante. – 2025.
48 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Aiala Viera Amorim.
Coorientação: Prof. Dr. José Lenho Silva Diógenes.

1. Juventude. 2. Sustentabilidade. 3. Política pública. I. Título.

CDD 320.6

ISADORA D LOURDES ARAÚJO CAVALCANTE

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO SÃO JOSÉ
JOVEM NO ESTADO DO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de Graduação
em Gestão de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Aiala Vieira Amorim
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Lenho Silva Diógenes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Ana Karina Cavalcante Holanda
Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)

AGRADECIMENTOS

A meu avô Zeferino Rodrigues de Araújo e a minha tia Maria da Piedade Cavalcante Araújo, in memoriam, a quem dedico esse trabalho.

A Prof.^a Aiala Viera Amorim, pela orientação durante essa caminhada e por todo apoio e confiança em mim depositados. Além disso, agradeço por ter tornado possíveis e realizáveis todos os sonhos e objetivos que eu carregava desde o começo da graduação. Para mais, agradeço o cuidado e por todo tempo dedicado que tornou possível a conclusão desse trabalho.

Ao Prof.^o José Lenho Silva Diógenes, pela coorientação e por me acompanhar durante toda a graduação, sempre ouvindo e possibilitando a sistematização dos meus planos e projetos. Além disso, agradeço por toda a contribuição e sugestões feitas que tornaram possível a conclusão desse trabalho.

A Prof.^a Celecina de Maria Veras Sales, que me incluiu nas atividades de pesquisa e extensão, iniciando minha jornada acadêmica, permitindo adquirir valiosos conhecimentos dos quais jamais esquecerei.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família - NEGIF, a que sou grata por todas as oportunidades confiadas a mim, possibilitando uma trajetória de muito aprendizado.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará, direcionada a pessoa da Karina Holanda, que contribuiu para tornar possível a realização desse projeto.

A minha mãe Maria Adriana Freitas de Araújo, a quem amo e admiro, agradeço por toda dedicação e amor a mim depositados e por ter abdicado dos seus caminhos para que eu pudesse seguir o meu.

Ao meu pai Leonardo Guilbert Cavalcante de Araújo, fiel companheiro, em quem me espelho e aprendo todos os dias, tornando a vida mais fácil de ser vivida e contribuindo para que todos os meus sonhos se tornem possíveis.

A minha vó Maria Mirian de Araújo, que muito me ensinou e a quem tenho profundo amor e admiração por toda a sua história.

Aos meus padrinhos Ednalda de Pádua Araújo e João Bosco Cavalcante Araújo os quais tenho admiração, carinho e amor. Agradeço por todo amor e por todas as vivências que tornaram esse processo mais fácil de ser vivido.

A quem me acompanhou nessa jornada: Alana, Natália, Genilson, Gabriel e Amanda. Pessoas indispensáveis para a minha vida, durante esse processo. Agradeço por todas as trocas e vivências que sempre são regadas de amor e cuidado. De fato, esse processo não seria tão bom se vocês não estivessem nele.

Aos amigos, familiares e as demais pessoas que fizeram parte dessa trajetória.

Aos demais funcionários do Departamento de Estudos Interdisciplinares aos quais tenho imenso carinho.

A Universidade Federal do Ceará por todos os programas de incentivo, como bolsas de extensão e projetos de pesquisa, que permitiram a minha continuidade no curso e meu desenvolvimento acadêmico enquanto discente.

Somos muitos Severinos iguais em tudo e na sina: a de abrandar estas pedras suando-se muito em cima, a de tentar despertar terra sempre mais extinta, a de querer arrancar alguns roçados da cinza. Mas, para que me conheçam melhor Vossas Senhorias e melhor possam seguir a história de minha vida, passo a ser o Severino que em vossa presença emigra (João Cabral de Melo Neto).

RESUMO

Os desdobramentos decorrentes da modernização da agricultura brasileira, advindos a partir da Revolução Verde, proporcionaram um cenário onde se observam diversos impactos ambientais, sociais e econômicos que prejudicaram muitos agricultores familiares, em especial, a juventude do campo. Nota-se que os mesmos problemas vividos no passado fazem parte do presente dessa juventude. Diante disso, objetiva-se com o presente trabalho compreender a importância do Projeto São José Jovem como política pública indispensável para garantia da permanência da juventude no campo e para a promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural. Para isso, adota-se como método procedimental o estudo de caso, explorando fontes secundárias, como artigos científicos, livros e documentos oficiais, para compreender a temática em profundidade. Além disso, o estudo exploratório-descritivo tem uma abordagem qualitativa, de natureza básica, utilizando a técnica de análise de conteúdo para examinar os dados disponibilizados sobre os beneficiários do Projeto São José Jovem no Ceará. Ao final da implementação, o projeto capacitou 400 jovens e financiou 286 projetos, sendo divididos em projetos agrícolas e não agrícolas, fomentando a autonomia social e econômica da juventude rural cearense. Pode-se compreender que o Projeto São José Jovem foi uma importante política pública para a juventude do campo e uma alternativa de perspectiva para esses jovens, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável no campo com o financiamento de diversas práticas agrícolas.

Palavras-chave: Juventude. Sustentabilidade. Política Pública.

ABSTRACT

The consequences of the modernization of Brazilian agriculture, stemming from the Green Revolution, have created a scenario in which we can see various environmental, social and economic impacts that have harmed many family farmers, especially rural youth. It can be seen that the same problems experienced in the past have been re-signified and are part of the present for these young people. The aim of this paper is to understand the importance of the São José Jovem Project as an essential public policy for ensuring that young people remain in the countryside and for promoting sustainable development in rural areas. To this end, the procedural method adopted was bibliographical and documentary research, exploring secondary sources such as scientific articles, books and official documents in order to gain an in-depth understanding of the issue. In addition, the exploratory study has a qualitative and quantitative approach, using the content analysis technique to examine the data made available on the beneficiaries of the São José Jovem Project in Ceará. By the end of its implementation, the project had trained 400 young people and financed 286 projects, divided into agricultural and non-agricultural projects, fostering the social and economic autonomy of Ceará's rural youth. It can be understood that the São José Jovem Project was an important public policy for rural youth and an alternative perspective for these young people, as well as contributing to sustainable development in the countryside by financing various agricultural practices.

Keywords: Youth. Sustainability. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Dados iniciais sobre a implementação do Projeto São José Jovem no Ceará.....	37
Figura 02. Participantes do projeto São José Jovem.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Municípios e número de jovens capacitados pelo PSJJ.....	38
Tabela 02. Número de projetos agrícolas que receberam capacitação do PSJJ separados área.....	39
Tabela 03. Número de projetos não agrícolas que receberam capacitação do PSJJ separados área.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
COP 21	21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FIC	Curso de Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIJ	Organização Ibero-Americana da Juventude
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDRS	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PJS	Projeto São José
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações unidas para o Meio Ambiente
POLOAMAZÔNIA	Programa de Desenvolvimento da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAGEM	Programa Nacional de Armazenagem
PROPEC	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSJJ	Projeto São José Jovem
SDA	Secretária do Desenvolvimento Agrário
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1 O processo de modernização da agricultura no Brasil e no Ceará.....	16
3.2 Impactos socioambientais da modernização da agricultura no Brasil.....	20
3.3 Aspectos gerais de sustentabilidade e políticas públicas.....	25
3.4 Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira.....	27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	33
4.1 A juventude rural cearense.....	33
4.2 O projeto São José Jovem.....	35
4.3 Propostas que receberam capacitação do Projeto São José Jovem.....	40
4.3.1 Projetos Agrícolas.....	40
4.3.1.1 Apicultura.....	41
4.3.1.2 Avicultura.....	41
4.3.1.3 Bovinocultura do Leite.....	42
4.3.2 Projetos não agrícolas.....	42
4.4 Contribuição do Projeto São José Jovem para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	43
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura no Brasil se desenvolveu a partir dos ideais importados da Revolução Verde, com a proposta de implementar técnicas modernas na agricultura. Todavia, a utópica proposta de modernização causou impactos sentidos até os dias de hoje, resultado da desordenada exploração de todas as formas de vida. Como resultado da lógica implementada pela capitalização da agricultura, no que se refere aos impactos sociais tem-se o êxodo rural, a concentração de terra, o agravamento das desigualdades no campo e o endividamento de muitos agricultores. Em relação aos impactos ambientais, tem-se a destruição das florestas, a erosão dos solos, a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos entre outros.

Segundo Carson (1962), à medida em que o homem avança em suas perspectivas de dominação, ele destrói a terra e todas as formas de vida que habitam no globo. As externalidades causadas pelo processo de modernização levam o mundo moderno a compreender que as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade são o único caminho possível para mitigar esses danos. O surgimento das conferências ambientais tornou-se de extrema relevância para determinar os rumos dos ideais sustentáveis no mundo, resultando na configuração de políticas que atuam nesse cenário.

A partir dos marcos normativos sobre o meio ambiente, no Brasil, inicia-se uma nova era de formulação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, sob a perspectiva da sustentabilidade, findando um longo ciclo de estímulos governamentais direcionados apenas para a elite agrária. Como resultado da longa história de luta dos agricultores familiares por políticas públicas no Brasil, surgem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), além de diversas outras políticas públicas implementadas para os agricultores. Vale ressaltar, que no Ceará, surgiram Programa Hora de Plantar, o Projeto Paulo Freire, O PAA Leite e o Projeto São José.

Todavia, apesar das políticas públicas os problemas no campo se reconfiguraram. As dificuldades de permanência, a falta de estímulos governamentais e a impossibilidade de financiamento para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, são exemplos dos múltiplos desafios enfrentados pela população do campo. Essas dificuldades são expandidas para outras questões como o envelhecimento da população, a masculinização do campo, a sucessão rural e a falta de incentivos que fomentem a permanência e autonomia dos jovens rurais em seus territórios. Nesse sentido, é de fundamental importância promover o

desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, além de oferecer incentivos que valorizem as atividades agrícolas e a vida da população do campo (Cavalcante *et al.*, 2025).

Diante dessas questões, o presente trabalho abordará o Projeto São José Jovem, proposto pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará. Esse projeto se configurou como uma importante política pública para a juventude rural do estado. Com a iniciativa de promover a autonomia econômica e social dos jovens rurais, o projeto surgiu com o intuito de fornecer um apoio técnico e financeiro, abrangendo as múltiplas juventudes do campo. Além de contribuir para a inclusão produtiva e para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, jovens de 18 até 29 anos que integram famílias de agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e jovens oriundos de Escolas do Meio Rural, viram acender, a esperança de uma qualidade de vida melhor, nessa região marcada por tantas vulnerabilidades (Mesquita *et al.*, 2024).

Diante do que foi apresentado, objetiva-se como o presente trabalho compreender a importância do Projeto São José Jovem como política pública indispensável para garantia da permanência da juventude no campo e para a promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural. Para isso, o trabalho está estruturado em 6 partes, a iniciar pela introdução seguido da metodologia, referencial teórico, resultados e discussão, considerações finais e referências.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho, trata-se de um estudo empírico que adota como método procedimental o estudo de caso por analisar um fenômeno real, concreto, a saber a iniciativa São José Jovem no estado do Ceará, explorando fontes secundárias, como artigos científicos, livros e documentos oficiais, para compreender a temática em profundidade. Trata-se de um estudo exploratório de natureza básica, com abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo para examinar os dados disponibilizados sobre os beneficiários do Projeto São José Jovem no Ceará. Conforme Bardin (1977), a análise de conteúdo permite uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação, sendo adequada para identificar padrões e significados nos dados analisados.

Compreende-se que a abordagem permite a observação do fenômeno de uma maneira integral. Gil (2002), ressalta que o fato social possui elementos que podemos descrever em termos qualitativos. O estudo se classifica como exploratório-descritivo, pois objetiva ambientar o leitor sobre a temática apresentada. Segundo Gil (2002), estas pesquisas têm como

objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

Ao trabalhar com a pesquisa bibliográfica e documental, tem-se a ideia de semelhança entre os dois métodos. Todavia, segundo Gil (2002), enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental utiliza materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

A primeira etapa da pesquisa focou no levantamento bibliográfico visando investigar e entender mais sobre as políticas públicas e as demandas das juventudes do campo no Brasil e no Ceará. Nesse período também foram buscadas bases de dados bibliográficos como artigos científicos, monografias, dissertações, revistas etc., com ênfase em pesquisas recentes que detalham as experiências de políticas exitosas.

Para a análise de dados, realizou-se nesta pesquisa uma análise tabular descritiva, utilizando as informações obtidas, sobretudo, com os documentos e materiais analisados. Deste modo, foram elaborados e descritos os dados de gráficos e tabelas. Essa análise se tornou fundamental para a compreensão dos resultados da pesquisa, tornando-se um importante alicerce da discussão, somada às pesquisas documental e bibliográfica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O processo de modernização da agricultura no Brasil e no Ceará

A modernização da agricultura brasileira se inicia na década de 1960 com a importação dos ideais da Revolução Verde e consistiu na utilização de técnicas ditas modernas advindas dos Estados Unidos e do Japão, que passaram a ser difundidas em todo o mundo e tinham por objetivo implementar inovações tecnológicas na agricultura. Nesse mesmo período, se estabelece no Brasil um novo modelo econômico com a formação de Complexos Agroindustriais. Vale destacar ainda, dois tipos básicos de progresso tecnológico na agricultura: o de natureza mecânica, que substituiu a mão-de-obra por força mecânica e o de natureza biológica e química, na qual ocorre elevação da produtividade da terra, podendo acontecer ainda a interação desses dois tipos de inovação, resultando em efeito poupador de trabalho e terra (Madeira *et al.*, 2019).

A literatura se divide entre perspectivas diferentes. Alguns consideram essa modernização apenas sob a ótica da importação de práticas de base técnica, como por exemplo, Teixeira

(2005), ao exemplificar que a modernização da produção agrícola acontece com o uso intensivo de equipamentos e técnicas, tais como máquinas e insumos modernos, que permitem a obtenção de maiores rendimentos na produção, então, modernização da agricultura seria sinônimo de mecanização e uso de técnicas na agricultura.

Contudo, há também um outro viés a ser analisado que se apresenta sob a perspectiva de como a modernização impactou todos os processos, inclusive os das relações sociais de produção. Segundo Madeira *et al.* (2019), a modernização deve levar em conta todo o processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção. Para Brum (1988 apud Teixeira 2005), as principais razões da modernização da agricultura são:

“a) elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; c) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; d) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.”

Com isso, através de uma suposta conservação e fertilização, os agricultores estariam prontos para enfrentar as dificuldades impostas e encontrariam melhores condições para obter maior lucratividade.

O processo de modernização não aconteceu de forma linear em todo o Brasil, sendo o Centro-sul a região que mais foi beneficiada. Silva (2001 apud Madeira *et al.*, 2019) afirma que o processo de modernização agrícola foi bastante diferenciado nas regiões brasileiras, o Centro-Sul incorpora rapidamente esse processo com elevada utilização de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas).

As inovações tecnológicas advindas dos processos de industrialização e urbanização deram um novo rumo as atividades produtivas do Brasil. A industrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir uma reestruturação do campo, visto ser fonte de matéria-prima. Era necessário preparar o campo para produzir para a indústria e, ao mesmo tempo, receber produtos industrializados, tais como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas (Teixeira, 2005).

Com isso, o governo brasileiro passou a implementar políticas de crédito rural de alto valor e baixos juros, com o intuito de fomentar as grandes transformações das atividades agrícolas e agropecuárias. Tais políticas de Estado buscavam viabilizar o “abandono de uma sonolenta agricultura do passado” e como resultado promover uma nova consciência no meio rural (Kageyama; Silva, 1983 apud Madeira *et al.*, 2019).

Dentre os indicadores significativos para considerar a mudança trazida pela modernização agrícola no Brasil, tem-se a o aumento expressivo das utilizações de tratores que passou de 8.372 em 1950, para 666.280 em 1985 (Silva *et al.*, 2007). Outro indicador, se refere a utilização de fertilizantes artificiais e de agrotóxicos que segundo Graziano Neto (1985 apud Teixeira, 2005), entre 1965 e 1975 o consumo de fertilizantes cresceu à taxa média de 60% ao ano, enquanto os agrotóxicos cresceram numa média anual de 25%.

Sobre a questão, Gonçalves Neto (1997, p.78 apud Teixeira, 2005), ressalta que:

“A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também.”

As taxas de crescimento da agricultura brasileira no período são significativas. De acordo com Rezende e Goldin (1993 apud Teixeira, 2005), a agricultura brasileira cresceu numa taxa média anual de 4,5% entre 1950 e 1965, quase 4% entre 1965 e 1980 e 3,2% na década de 1980. A década de 1980 demonstra o fim do chamado “milagre econômico”, iniciando o extenso período de crise na economia brasileira. O quadro que se apresentou nas décadas de 1980 e 1990, para o setor agrário, é de uma redução dos incentivos agrícolas via crédito rural e de uma modernização cada vez mais excludente, principalmente com a introdução em pontos isolados das chamadas “novas tecnologias”, que se expandiam em países desenvolvidos, ou seja, o uso da informática, microeletrônica e biotecnologia na produção agrícola (Teixeira, 2005).

No que se refere aos incentivos e planos governamentais para a agricultura, o Estado passa a atuar com o intuito de desenvolver linhas de créditos para melhorar a produção com o financiamento da infraestrutura e a criação de órgãos de assistência rural. Foram criados também programas de subsídios diretos às atividades rurais, visando baratear a compra de insumos, através do pagamento de parte do preço do produto industrial com recursos do Estado. Além dos subsídios creditícios, também tiveram destaque as isenções fiscais (Teixeira, 2005).

Dentre os programas de incentivo ao desenvolvimento destacam-se o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), o PRONAGEM (Programa Nacional de Armazenagem), o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste), o

PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), o POLOAMAZÔNIA (Programa de Desenvolvimento da Amazônia), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados).

Entre as décadas de 1969 e 1979, o grande volume de recursos advindos do crédito rural contribuíram para uma efetiva mudança de base técnica de maneira seletiva no que se refere aos beneficiários. Entretanto, na década de 1980, com a crise enfrentada pela economia brasileira, tem-se que a política de crédito rural subsidiado permitiu reunir os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária, permitindo ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política financeira expansionista (Silva, 1996 apud Teixeira, 2005).

A modernização agrícola no Nordeste, em especial no Ceará se deu em forma de diferentes das demais regiões. O investimento local foi, em grande parte, aplicado em atividades de pequena escala, com baixos níveis tecnológicos e de competitividade em relação ao nível do Estado (Bar-El, 2000 apud Madeira *et al.*, 2019).

Segundo Joca (1994 apud Madeira *et al.*, 2019),

“as políticas modernizantes na agricultura cearense instituídas durante o golpe militar viabilizaram as mudanças nas relações de trabalho no sertão do Ceará, na medida em que possibilitavam o cercamento das terras, quebrando a antiga forma de apropriação que permitia o pastejo dos gados nas terras soltas; a instalação de uma infraestrutura interna às propriedades, de maneira a garantir-lhes os recursos, principalmente de água, importantes à sua sustentabilidade, além da introdução de mudanças na base técnica da produção, como a adoção do arado à tração animal e, mais recentemente, do trator e de diversos insumos agrícolas.”

De acordo com o Índice de Modernização Agrícola realizados pelos autores (Madeira *et al.*, 2019), com base no Censo Agropecuário de 1995- 1996, verificou-se que, nesse período, no Ceará predominava uma agricultura de baixo nível tecnológico. Para corroborar essa afirmativa, pode-se exemplificar o uso de tratores, em que apenas 3.264 estabelecimentos (0,96% do total) os utilizava em 31/12/1995, totalizando 4.528 unidades, o que demonstra ser ainda reduzida a mecanização da agricultura do estado.

Referente ao uso de fertilizantes e controle de pragas e doenças, apenas 12,5% dos estabelecimentos cearenses usaram fertilizantes e quase 40% efetuaram controle de pragas e doenças nas suas lavouras. No que tange à atividade pecuária, apenas 29,3% dos estabelecimentos efetuaram controle de doenças nos seus animais. No caso da assistência técnica, em 1995 e 1996, apenas 3,8% dos estabelecimentos recorreram à assistência técnica,

sendo que dos que recorreram 42,9% receberam assistência técnica de fontes governamentais (Madeira *et al.*, 2019).

Outra análise feita sobre a irrigação identificou que apenas 8,5% do total de estabelecimentos utilizou técnicas de irrigação. A área irrigada totalizou 109,0 mil hectares, ou menos de 8% do total da área em lavouras. É uma proporção reduzida para um dos estados do Nordeste mais vulnerável à seca (Madeira *et al.*, 2019). Na análise sobre energia elétrica, apenas 28,4% dos estabelecimentos estavam ligados a alguma fonte de energia.

Ademais, o crédito contemplou apenas 6,6 mil estabelecimentos do estado do Ceará, ou seja, menos de 2% do total declararam ter tomado recursos emprestados para o desenvolvimento de suas atividades (Madeira *et al.*, 2019).

O mapeamento do Índice de Modernização da Agricultura Cearense em 1996, demonstra que, na época, o município com pior índice de modernização era Umirim. Possuía apenas 827 estabelecimentos agropecuários e contava com 26 tratores. Dos estabelecimentos, 342 utilizaram práticas de controle de pragas e doenças, 183 declararam o uso de energia elétrica e apenas 22 declararam demandar o serviço de assistência técnica (Madeira *et al.*, 2019). Dos municípios que apresentavam maior índice de modernização em 1996, tem-se Uruburetama e Ubajara.

Em síntese, compreendeu-se que no Ceará o processo de modernização se deu de forma bastante diversa. Segundo Madeira *et al.* (2019), houve uma diferença entre os municípios que modernizaram com uso intensivo em capital, em detrimento de outros que se modernizaram com o uso intensivo em mão de obra, ou seja, ainda de forma rudimentar, partindo-se do pressuposto que a agricultura cearense ainda é bastante concentrada nas mãos de grandes latifundiários.

3.2 Os impactos socioambientais da modernização agrícola no Brasil

O caso da modernização da agricultura no contexto brasileiro se diferencia dos demais processos ao redor do mundo, pois não estabelece caminhos de rupturas e de grandes mudanças sociais. Constatou-se que determinados segmentos de produtores e produtos não foram beneficiados pela “modernização”. A busca em gerar excedentes exportáveis, direcionou os investimentos para alguns produtos (Texeira, 2005)

Historicamente, o Brasil caracteriza-se por uma incapacidade da burguesia nacional em romper com a elite agrária, criando um pacto político que desfavorece o desenvolvimento rural. Para Balsan (2006), alguns impactos causados pela modernização da agricultura são o

êxodo rural, diferenças estruturais, processo de especialização, concentração fundiária, concentração de renda, exploração da mão-de-obra, problemas ambientais, entre outros. Isso desencadeia má distribuição de terras, aumento das desigualdades social e omissão do estado na criação de políticas distributivas. Segundo Pires e Ramos (2009), a relação da burguesia com a elite agrária teve por objetivo a construção de uma sociedade capitalista, arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados (Pires; Ramos, 2009).

Com isso, as elites fundiárias permaneceram na estrutura político-institucional, decidindo os caminhos do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em relação à questão agrária, as determinações culminaram no monopólio da terra e dos privilégios dessas oligarquias, assegurando a modernização e excluindo diversos setores do campo e expropriando suas terras. O quadro que se forma no campo brasileiro é de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com uma produção voltada para exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais (Teixeira, 2005). Vale ressaltar, que a modernização conservadora, no Brasil, proporcionou um vasto impacto na questão demográfica, sendo um principal vetor para a expansão do êxodo rural. Segundo Pires e Ramos (2009 p.7) “a transformação capitalista da unidade de exploração agrícola não aconteceu de forma homogênea entre os produtores rurais, causando, assim, uma forte expulsão do homem do campo para os principais centros urbanos nacionais”.

Nesse contexto, a exclusão dos agricultores menos favorecidos é resultado da expressiva elevação dos custos da agricultura”. Com processo de substituição de insumos, conforme Silva (1989 apud Teixeira, 2005), a agricultura brasileira passa a se dividir em “agricultura do rico” e “agricultura do pobre.

Sobre a questão, Prado Júnior (1979, p. 20) afirma:

‘A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada têm de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições.’

Nesse sentido, surge a dicotomia entre os impactos positivos na economia e as externalidades negativas que afetaram os âmbitos sociais e ambientais, resultados da implementação da modernização desigual e excludente. O uso de insumos e equipamentos modernos na agricultura, além de ter agravado a questão ambiental, contribuiu para o aumento

do desemprego no campo, com a transferência do trabalhador rural para a zona urbana, acarretando o inchaço das grandes cidades e consequente miséria dessa população (Teixeira, 2005).

Dos diferentes impactos, registrados pela literatura, causados pela modernização da agricultura brasileira, registraremos aqui os impactos sociais e ambientais. O processo de modernização, aplicado extensivamente a partir da década de 1960 fundamentado pela Revolução Verde, teve como consequência novas formas de exploração e novos objetivos, aplicando práticas capitalistas de produção e gestão das políticas públicas institucionais que resultaram em múltiplas externalidades negativas no cenário brasileiro. Para Balsan (2006), os impactos ambientais provocados pelo padrão de produção de monocultura foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos e os impactos socioeconômicos, causados pelas transformações rápidas e complexas da produção agrícola implantadas no campo, e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento adotado provocaram resultados sociais e econômicos.

Com isso, a base teórica dessa modernização segundo Almeida (1997b, p. 39 apud Balsan, 2006, p.125) incorpora quatro elementos:

“a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o consequente aumento da heteronomia; c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional”.

Sendo assim, as transformações ocorridas no campo e as políticas públicas para o meio rural são constituídas a partir de privilégios, desigualdades e validação à degradação do meio ambiente, sem considerar o manejo, a conservação e a utilização correta dos recursos naturais. Ehlers (1999) destaca a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos. Em síntese, a modernização indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade e o desenvolvimento se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar a sua sociedade (Almeida, 1997a apud Balsan, 2006, p. 128).

Um dos principais impactos advindos da modernização agrícola foi as diferenças estruturais nos diversos espaços rurais do Brasil, resultado de um processo histórico da submissão de terras ao capital e a má distribuição do progresso técnico. Graziano Neto (1982), resume que a desigualdade da modernização se dá em três níveis distintos: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais.

O crescimento das monoculturas, resultado da especialização da agricultura também é outro resultado que pode ser observado analisando o processo de modernização. Para Balsan (2006), em algumas regiões desenvolveu-se e modernizou-se a produção de culturas que, embora presentes em economias familiares, são consideradas típicas de uma agricultura comercial. Para Gliessman (2000, p. 35):

“a monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas. A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química.”

A monocultura fomenta a perda da biodiversidade e a busca desenfreada por lucro, criando uma erosão genética que proporciona múltiplas fragilidades, sendo elas: ambientais, econômicas e sociais. De acordo com Balsan (2006), os problemas ambientais mais frequentes, provocados pelo padrão produtivo monocultor foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos. Em um cenário geral, observa-se o uso desregulado de pesticidas, o uso intensivo do solo, a vulnerabilidade social marcada pelo desemprego em massa dos assalariados rurais, a direta intervenção na sazonalidade do emprego agrícola e a extrema concentração de terras, conduzindo a agricultura à dependência de mercados externos.

Graziano Neto (1985 apud Teixeira, 2005), ilustra esta questão da modernização parcial da agricultura brasileira, afirmando que em 1975, 85,8% dos tratores encontravam-se nas regiões Sudeste e Sul. Com relação ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos a situação não é diferente, concentrando-se nessas regiões. Enquanto, por exemplo, o consumo de fertilizantes era em média de 73,6 kg por hectare de cultura no Brasil, em 1978, no Estado de São Paulo o valor chegou a 180 kg por hectare. Salienta-se também que do total do crédito agrícola, 78% foram destinados às regiões Sudeste e Sul.

Em relação às culturas, as diferenças também são consideráveis, com alta concentração do uso de fertilizantes nas culturas para exportação. Por exemplo, em 1977, apenas o café, a cana-de-açúcar e a soja consumiram 46,8% do total de fertilizantes utilizados no país. (Teixeira, 2005).

Ao compreender o impacto da modernização nos diversos segmentos sociais, econômicos e ambientais no que se referem a questão rural. Amstalden (1991, p. 50-51 apud Teixeira, 2005) conclui que os principais problemas se devem aos seguintes fatos:

“1º) a tecnologia utilizada é reducionista e desconsidera as intrincadas relações do meio ambiente, sendo por isso agressiva acarretando graves perdas, além de não controlar eficientemente problemas, mantendo a lavoura sob dependência do sistema industrial que lhe é exógeno. 2º) no caso brasileiro a situação agrava-se na medida em que a tecnologia foi desenvolvida para realidades ecológicas e sociais do primeiro mundo e foi introduzida aqui sem considerar-se essa diversidade. O resultado é, portanto, maior dependência e menor eficiência; 3º) o custo dessa agricultura é muito alto, beneficiando os grupos já capitalizados e excluindo os demais. O custo ainda é muito grande do ponto de vista energético, já que há grande utilização de recursos não-renováveis; 4º) a agricultura industrial é monopolista. De um lado se monopoliza a produção por parte de grandes proprietários rurais beneficiados pela disponibilidade de capital; e do outro se monopoliza a tecnologia por parte de grandes grupos empresariais. Nota-se que o monopólio produtivo agrava os desequilíbrios sociais e o monopólio técnico mantém a dependência do país às importações elevadas e confere aos detentores da tecnologia um poder econômico e político sobre o Brasil; 5º) manutenção do modelo agrícola vigente. Isso inviabiliza soluções e técnicas há um grande domínio da pesquisa e o seu direcionamento para a mais adaptadas e menos agressivas.”

De fato, dentro do contexto de urbanização e industrialização em que estava inserido o Brasil, era necessário modernizar o setor agrário para controlar a balança comercial do país. Entretanto, a modernização se deu de forma desigual, privilegiando o capital internacional, com a participação de empresas multinacionais, colocando o setor agrário brasileiro em uma situação de subordinação aos recursos produzidos por elas. Ao considerar o argumento central para modernização o crescimento urbano advindo da industrialização e a escassez da produção de alimentos, deve-se considerar a reforma agrária e a distribuição de terras como política elementar para solucionar o problema de matérias-primas e de alimentos.

Com isso, a implementação desigual e privilegiada da política de modernização agrícola resultou em diversos problemas como afirma Balsan (2006), a decadência da economia rural, o endividamento de muitos agricultores, a deterioração dos preços agrícolas, a redução do espaço físico, a inadequação da legislação trabalhista, entre outros, dispersaram milhares de agricultores em busca de novos espaços, contribuindo com o inchamento das cidades. Ao observar os impactos causados pela implementação da modernização agrícola no Brasil, e da forma de exploração capitalista da vida, da natureza e das relações de produção,

emerge a necessidade de pensar uma nova forma de estruturar as políticas públicas para o meio urbano, e em especial, o rural sob a perspectiva da sustentabilidade.

3.3 Aspectos gerais de sustentabilidade e políticas públicas

A crise da civilização alcança seu momento culminante na modernidade, mas cujas origens remetem à concepção do mundo que serve de base à civilização ocidental (Leff, 2015). A modernidade acompanha o desenvolvimento urbano e rural dos territórios e para sustentar essa explosão populacional, os governos fomentam atividades para suprir a grande demanda de alimentos. Esse cenário pode ser percebido nos Estados Unidos, pós segundas-guerra mundiais. Para Moura, (2009):

“surgiu a necessidade de uma maior oferta de alimentos para a população norte-americana e para os países carentes ou destruídos pelas hostilidades da guerra. Contando na época com a disponibilidade dos agrotóxicos, especialmente dos inseticidas organo-clorados, os Estados Unidos passaram ao uso abusivo desses produtos na cidade e no campo, surgindo, como consequência, sérios problemas ambientais e de saúde pública, que não eram levados ao conhecimento da população. Entre esses produtos predominavam os herbicidas, fungicidas e inseticidas, com alta demanda.”

Atualmente, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em âmbito nacional, em 2025 o Ministério da Agricultura e da Pecuária no uso das suas atribuições, publicou o ATO nº 63, de 30 de dezembro de 2024, que libera o uso de 77 novos agrotóxicos. Paralelo a isso, o governo do estado do Ceará liberou a pulverização por meio de drones, aeronaves remotamente pilotadas ou veículo aéreo não tripulado, regulamentado pela Lei estadual nº 19.135. Os problemas causados pelo uso extensivo desses produtos à medida em que contaminam o solo, a água, a fauna, a flora e provocam a morte e a contaminação de muitos animais, também provocam doenças crônicas na população. Carson (1962), afirma que na medida em que o homem avança, no seu anunciado objetivo de conquistar a Natureza, ele vem escrevendo uma sequência de destruições; as destruições não são dirigidas apenas contra a terra que ele habita, mas também, contra todas as formas de vida que habitam no globo.

Diante do cenário ambiental catastrófico causado pela modernização que resultou no colapso dos sistemas agrícolas mundiais, muitas terras ficaram improdutivas e diversas poluições inviabilizaram o uso do solo e água, o mundo moderno começa a discursar sobre sustentabilidade. Ao analisar os marcos históricos do debate sobre sustentabilidade, é possível perceber o retrocesso no que se refere as normas de preservação da vida e da natureza.

Um dos primeiros marcos simbólicos dos debates envolvendo a sustentabilidade no meio ambiente são apresentados, inicialmente, em 1972 na Conferência de Estocolmo, que buscou elucidar os impactos do consumo desenfreado e indiscriminado da natureza, e em 1987 com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que lança o relatório “Nosso futuro comum” com a delimitação dos primeiros conceitos sobre desenvolvimento sustentável. Nosso futuro comum reconhece as disparidades entre as nações e a forma como se acentuam com a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo. Busca, entretanto, um terreno comum onde propor uma política de consenso, capaz de dissolver as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais, que plasmam o campo conflitivo do desenvolvimento (Leff, 2015).

O cenário em que se encontrava o mundo moderno se classificou como Híbridação do Mundo, em que as políticas são criadas para a tecnologização da vida e a economização da natureza. Outras conferências elementares as questões ambientais foram realizadas, dentre elas vale ressaltar a Rio 92, que firmaram entre os países signatários o cumprimento da Agenda 21 que tinha por objetivo, em síntese, adotar métodos de proteção ambiental e justiça social. Além dessas, a Rio +20 representou um marco significativo no debate sobre sustentabilidade.

Ao retomar o cenário herdado pela modernização e os impactos do consumo desenfreado sobre a natureza, é necessário pensar em outra forma de organização e de produção. Para Leff (2015), a degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço das desigualdades e da pobreza são sinais eloquentes da crise do mundo globalizado. Logo, é urgência pensar sustentabilidade que questione a racionalidade que valida a negação da natureza em prol do crescimento econômico. Leff (2015), afirma que:

“Como resultado dessa nova perspectiva, foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização.”

Emerge a necessidade da busca pela construção de futuros possíveis, respeitando os limites da natureza, os potenciais ecológicos, a produção de sentidos sociais e a criatividade humana, transformando as bases de produção. Com isso, a partir do relatório “Nosso futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável é definido como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” (ONU, 1987).

Todavia, diversas problemáticas foram encontradas na práxis desse conceito pois o sistema econômico não internalizou as condições de sustentabilidade que exigem equidade e justiça social. Além disso, o processo de destruição e degradação ambiental, se fundamentou na negação dos valores culturais e das práticas dos povos e comunidades tradicionais. Com isso, segundo Leff (2015), é necessário que haja a reapropriação da natureza e da reinvenção do mundo; não só de "um mundo no qual caibam muitos mundos", mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem economia ecológica globalizada.

Os valores culturais, entrelaçados no conhecimento, nas formações ideológicas e na organização social e produtiva, constituem assim condições para o desenvolvimento sustentável. Estas formas de coesão social e autossuficiência permitem hoje a sobrevivência de diferentes populações. Por sua vez, estas práticas de uso múltiplo dos recursos naturais estão reafirmando identidades e enraizando uma racionalidade ambiental em territórios culturais para o desenvolvimento sustentável (Leff, 2015). É necessário pensar um processo de sustentabilidade em que à comunidade exerça efetivamente seus direitos sobre o das comunidades passam a ser elementar para um novo desenvolvimento, contribuindo para um manejo sustentável dos recursos naturais.

É através dessas conferências internacionais que são configuradas políticas públicas que atuam nessas questões. Como resultado da Conferência de Estocolmo em 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Já os desdobramentos da ECO-92 foram a realização de duas convenções internacionais: uma sobre a Biodiversidade e outra sobre o Clima, a elaboração da Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21. Outro postulado significativo, surgiu a partir da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), resultando no Acordo de Paris, com o objetivo de mitigar o impacto das mudanças climáticas.

No Brasil, a temática ambiental apresenta seu marco na década de 1930. O Governo Vargas dá início a regulamentação do acesso aos recursos naturais necessários ao processo de industrialização, em voga naquele contexto (Mourad; Maure, 2023). Nesse período, surge os Códigos de Mineração, Florestal, de Pesca e das Águas. A partir da década de 1970, em razão das pressões resultantes da Conferência de Estocolmo, foi criada, em 1973, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), coordenada pelo Ministério do Interior (Carmona, 2019 apud Mourad; Maure, 2023). Além disso, em 1970 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

3.4 Políticas públicas para agricultura familiar brasileira

No contexto brasileiro, a agricultura familiar se encontra em constante processo de luta para se garantir acesso a políticas públicas. Historicamente, os incentivos e estímulos governamentais para o meio rural foram direcionais para setores patronais vinculados ao segmento de exportação. Com isso, as dificuldades enfrentadas se ressignificam a cada período, mudam o nome, mas permanecem com a mesma raiz e pelo mesmo motivo. Os autores Panzutti e Monteiro (2015), exemplificam alguns problemas, sendo eles: insuficiência de terras e capital, dificuldades no financiamento, baixa disponibilidade tecnológica e fragilidade da assistência técnica.

O que se observa é que as políticas de desenvolvimento e apoio à modernização não foram direcionadas a pequenos produtos de alimentos de primeira necessidade. Para Balsan (2006), para compensar a discriminação, as políticas alimentares procuraram diminuir os preços dos alimentos básicos, produzidos em grande parte pelos camponeses, desincentivando o investimento na agricultura e, automaticamente, prejudicando o nível de vida dos agricultores.

Kaimowitz (1997, p. 60 apud Balsan) enfatiza:

“As políticas de subsídios tampouco favoreceram a equidade, já que foram as empresas de agrobusiness e os médios e grandes produtores os que tiveram maior acesso aos subsídios. Os programas de crédito subsidiado e tecnologia para os pequenos produtores sempre recebiam menos recursos que os programas para os grupos mais fortes. Em grande medida, os camponeses sofreram o impacto das políticas que discriminavam a agricultura, mas não gozaram dos benefícios das políticas que deveriam compensar por tal discriminação.”

A agricultura familiar demanda suporte de políticas públicas que compreendam suas especificidades, ao longo do tempo notou-se a crescente valorização da produção agrícola familiar quando foi visto a vasta capacidade desse segmento em gerar empregos, distribuir renda, contribuir para o desenvolvimento local e preservar o meio ambiente, produzindo externalidades positivas na esfera econômica, ambiental e social, favorecendo também o desenvolvimento nacional sustentável. Seu desenvolvimento promove a criação de externalidades positivas, quais sejam: garantia de maiores fontes de biodiversidade, melhoria da segurança alimentar; preservação das características paisagísticas do território e do capital cultural das populações, fortalecimento das relações familiares e com isto, a diminuição do êxodo rural (Panzutti; Monteiro, 2015).

A formação econômica, social e política da história brasileira contribuiu de forma determinante para o atual cenário no campo. As políticas de fomento aos Complexos

Agroindustriais e a modernização desigual resultaram no aprofundamento das desigualdades no meio rural. No estado do Ceará, a agricultura tem forte participação no PIB. Embora esteja alicerçada em vários desafios limitadores, dentro desse contexto, vale ressaltar a predominância de uma agricultura, principalmente de base familiar, marcada pela dependência de políticas públicas que possam alavancar o desenvolvimento rural sustentável, garantindo uma melhor qualidade de vida e permitindo a fixação do homem do campo (Cavalcante *et al.*, 2025).

Ao falar sobre agricultura familiar é necessário citar jovens agricultores que trazem a esperança de continuidade dessa agricultura sustentável, buscando garantir a soberania alimentar. Nesse sentido, é de fundamental importância promover o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, além de oferecer incentivos que valorizem as atividades agrícolas e a vida da população do campo. Ao abordar a juventude rural, é preciso pensar nos papéis sociais e nas fases que perpassam a vida desses jovens (Cavalcante *et al.*, 2025). Nesse contexto, as dificuldades encontradas pelos jovens rurais, estão vinculadas às mesmas enfrentadas pelas suas famílias na propriedade e na reprodução social (Castro, 2009), entre elas estão o êxodo rural, a masculinização do campo e o envelhecimento da população rural.

Com isso, as políticas públicas conquistadas para a população do campo permitem compreender as múltiplas faces que envolvem as relações na agricultura familiar e em seus territórios, buscando o fortalecimento das relações sociais e a sustentabilidade ambiental.

A perspectiva de sustentabilidade na qual esse trabalho se ancora compreende os valores culturais e as organizações sociais e produtivas que são elementares para o desenvolvimento sustentável. Estas formas de coesão social e autossuficiência permitem hoje a sobrevivência de diferentes populações. Por sua vez, estas práticas de uso múltiplo dos recursos naturais estão reafirmando identidades e enraizando uma racionalidade ambiental em territórios culturais para o desenvolvimento sustentável (Leff, 2015). Com isso, defende-se aqui um processo de sustentabilidade em que a comunidade exerça efetivamente seus direitos sobre o território a que pertencem, seus costumes e a validação das suas instituições autogeridas. Portanto, a tradição e a cultura das comunidades passam a ser elementar para um novo desenvolvimento, contribuindo para um manejo sustentável dos recursos naturais.

Com o objetivo de promover o fortalecimento da agricultura familiar, surgem as políticas nacionais voltadas para esse setor. Dentre elas, em âmbito nacional, estão o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**

O PRONAF surge em 1995, possui como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar por meio de financiamentos de serviços agrícolas e agropecuários. Este programa garante a diversificação de atividades agrícolas nas propriedades familiares, possibilita o empreendedorismo por meio do processamento e agroindustrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, bem como atende às exigências mercadológicas e de adoção de práticas conservacionistas para uma produção ambiental, econômica e socialmente sustentável (EMBRAPA, 2024).

- **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

Instituído pela Lei nº 10.696 de 2003. O PAA regulamenta a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, bem como seus processos de comercialização. Os dois eixos principais são i) a compra direta para doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, tais como: escolas, creches e asilos, visando garantir a segurança alimentar e nutricional deste público; e ii) apoio à formação de estoques e sua posterior comercialização no mercado (EMBRAPA, 2024). Vale ressaltar que o PAA é destinado para famílias beneficiárias do PRONAF.

- **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

O PNAE é considerado um dos maiores programas de alimentação do mundo. O programa repassa, anualmente, um valor para Estados e municípios com a destinação de compra de alimentos saudáveis da agricultura familiar. Assim, do total repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo, 30% (trinta por cento) deve ser utilizado exclusivamente nas aquisições de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, por meio de editais de chamada pública (EMBRAPA, 2024). Completar para manter a configuração.

- **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**

Foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010, orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no País (EMBRAPA, 2024). A Política tem como objetivo atender apenas à agricultores familiares, proporcionando novas formas de metodologia para alcançar o desenvolvimento sustentável.

No Estado do Ceará, o órgão de maior representação de políticas voltadas para a Agricultura Familiar, é a Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Segundo a SDA (2018) dentre

as suas atribuições, estão: promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário do Ceará, elaborar políticas de desenvolvimento local, de combate à pobreza rural; coordenar a elaboração e implementação de planos, programas e projetos de desenvolvimento local e territorial, no âmbito de sua competência. Dentre os programas e projetos desenvolvidos e apoiados pela SDA, estão o: Programa Hora de Plantar, o Projeto Paulo Freire, O PAA Leite e o Projeto São José.

- **Programa Hora de Plantar**

O programa tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar por meio da utilização de sementes e mudas que aumentem a produtividade das culturas e aumentem a renda dos beneficiários. O Hora de Plantar tem como público-alvo o(a) agricultor(a) familiar (proprietário, parceiro, meeiro ou arrendatário), o qual recebe sementes para o plantio de até 2 hectares. No caso do milho híbrido o produtor pode receber sementes para o plantio de até 5 hectares (SDA, 2014).

- **Projeto Paulo Freire**

O projeto tem como propósito reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores e agricultoras familiares de 31 municípios cearenses, através da inclusão social e econômica de forma sustentável (SDA, 2024). O projeto promove o fortalecimento da agricultura familiar por meio de estratégias de práticas agroecológicas e manejo sustentável de recursos naturais.

- **PAA Leite**

Tem como objetivo contribuir, como complementação, para o abastecimento alimentar de famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional por meio da distribuição gratuita de leite. (SDA, 2024). O público-alvo desse projeto são produtores de leite bovino e caprino, famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social ou em insegurança alimentar e nutricional.

- **Projeto São José**

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, conhecido como Projeto São José IV, é uma política pública implementada pelo Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), com financiamento do Banco Mundial. O projeto tem como objetivos fundamentais:

- Melhorar as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares cearenses;
- Promover o acesso à infraestrutura hídrica e produtiva no meio rural;
- Incentivar a capacitação técnica e gestão eficiente dos recursos hídricos;

- Estimular a inclusão produtiva de jovens e mulheres no setor agropecuário e em atividades complementares;
- Fomentar o acesso a mercados, agregando valor à produção local.

Neste sentido, o Projeto consiste em realizar investimentos visando apoiar a agricultura familiar do Ceará, de forma sustentável e inovadora, além de ampliação do acesso à água saneamento para famílias em situação de vulnerabilidade hídrica contribuindo para: (I) fortalecimento da Agricultura Familiar apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas (II) ampliação do acesso à água e saneamento em áreas prioritárias contribuindo com as ações do Estado para sua universalização; e (III) fortalecimento institucional de parceiros estratégicos e a gestão do Projeto.

O projeto está estruturado em três grandes componentes que se complementam para atingir seus objetivos, sendo eles:

1. Investimentos Produtivos Sustentáveis: Apoio direto às organizações de agricultores familiares, produtores e produtoras individuais, promovendo sua estruturação e qualificação produtiva;
2. Infraestrutura Hídrica Rural: Desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água, garantindo acesso seguro e eficiente a recursos hídricos tanto para consumo humano quanto para atividades produtivas.
3. Gestão, Monitoramento e Avaliação: Fortalecimento institucional, capacitação e assessoria técnica a organizações comunitárias, assegurando a perenidade dos investimentos realizados.

Além disso, o Projeto tem como público agricultores familiares que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas em comunidades rurais, sendo estes representados por suas organizações formalmente constituídas (associações, cooperativas, condomínios ou outros tipos de organizações).

Para isso, deve ser utilizada como instrumento para identificação do público a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326 de 2006), suas regulamentações e instrumentos de identificação, tais como a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), CAF (Cadastro da Agricultura Familiar), e outros documentos e informações complementares estabelecidos nos instrumentos do Projeto. Serão beneficiadas também com o foco nas ações da Componente 2, as comunidades rurais situadas nos municípios que são classificados como de média-alta e alta

vulnerabilidade usando o Índice de Alerta Municipal (IMA - Índice Municipal de Alerta) e áreas que são susceptíveis à desertificação, classificada pela FUNCEME.

Além disso, mulheres e jovens deverão ser beneficiários prioritários. O Projeto também apoiará projetos produtivos individuais deste público através de editais específicos. Um dos aspectos centrais do Projeto São José IV é a inclusão de jovens rurais como beneficiários prioritários. O incentivo à participação ativa da juventude na agricultura familiar e em atividades não agrícolas contribui para a inovação, a diversificação da economia rural e a redução do êxodo rural. O projeto estabelece que pelo menos 20% das capacitações e projetos apoiados sejam direcionados para jovens e mulheres, assegurando a inclusão e o protagonismo desses grupos.

O Edital Juventudes Rurais, uma iniciativa dentro do projeto, tem papel fundamental ao oferecer suporte técnico e financeiro para que jovens possam desenvolver seus empreendimentos, sejam eles agrícolas ou não agrícolas. A implementação de projetos produtivos individuais fortalece a economia local e promove a autonomia dos jovens, tornando o campo um espaço de oportunidades e inovação.

O Edital Juventudes Rurais foi essencial para a criação de oportunidades para as juventudes, garantindo seu protagonismo na transformação do meio rural. Ao investir na juventude, o Projeto São José IV contribui para a sucessão familiar na agricultura, o fortalecimento das economias locais e a sustentabilidade das comunidades rurais. A integração entre capacitação, financiamento e apoio técnico proporcionada pelo edital reforça o compromisso do Projeto São José IV com a construção de um futuro mais justo, dinâmico e inclusivo para as populações rurais do Ceará. Assim, a iniciativa se estabelece como uma política pública de impacto significativo, contribuindo para a permanência dos jovens no campo e para o fortalecimento da agricultura familiar no estado.

O Projeto São José IV representa um modelo de política pública que integra desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Ao priorizar a juventude rural, a iniciativa reafirma seu compromisso com a renovação da agricultura familiar e a valorização dos territórios rurais. O fortalecimento da capacitação e do empreendedorismo juvenil é um elemento essencial para garantir a continuidade das atividades produtivas e a manutenção da cultura e identidade rural. Dessa forma, o projeto contribui significativamente para um desenvolvimento rural mais justo, resiliente e inovador.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A juventude rural cearense

Os conceitos de jovem e juventude variam amplamente, dependendo do contexto teórico e cultural. Em pesquisas sobre juventude, identificam-se cinco critérios principais para definição: faixa etária, ciclo de vida, geração, cultura ou modo de vida e representação social (Cavalcante *et al*, 2025). No Brasil, a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) define como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos.

Conforme Medeiros (2019, p. 82), “há múltiplas dimensões nas condições de subordinação e marginalização sociocultural que só podem ser reveladas quando considerados seus efeitos combinados e simultâneos”. Essas desigualdades interseccionais, como gênero, raça e classe, são determinantes para as oportunidades e desafios enfrentados pela juventude rural.

O Censo de 2022 demonstra que um a cada quatro cearenses tem entre 15 e 29 anos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirma que 15% dos jovens de 16 a 29 anos, em 2015, viviam em zonas rurais em todo Brasil. Os desafios interseccionais enfrentados pela juventude tornam necessária uma abordagem mais complexa na formulação de políticas públicas. Como destaca Medeiros (2019, p.98), “os desafios à incorporação da interseccionalidade nas políticas públicas incluem dificuldades técnicas e operacionais, assim como incompatibilidades entre a lógica complexa da interseccionalidade e a natureza padronizada e simplificadora das políticas de grande abrangência”.

O envelhecimento e o esvaziamento da população do campo no Brasil precedem um desarranjo na estrutura brasileira. Dados apresentados no Censo 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostram que em uma década o campo brasileiro perdeu mais de 1 milhão de jovens trabalhadores rurais. Se em 2012, eram 4,7 milhões de trabalhadores(as) rurais com 16 a 32 anos, em 2022 passa a ser 3,6 milhões.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresentou dados sobre o cenário em que está inserida a juventude cearense. Em 2023, 45% dos jovens estavam fora do mercado de trabalho. Além disso, os jovens que ocupavam vagas informais de trabalho representavam 61%. Os jovens que nem estudam e nem trabalham, representavam 27,09% de uma população de 614,4 mil jovens, em 2022. Essa situação afeta principalmente as meninas e os jovens – homens e mulheres – que residem no interior do estado (Medeiros *et al.*, 2024).

Nessa perspectiva, Stropasolas (2014) destaca que a juventude rural atual vive a situação de uma experiência geracional diferenciada das suas antecessoras, pois herdaram os problemas e as consequências dos modelos de desenvolvimento rurais exploratórios e excludentes incentivados historicamente pelo Estado, resultado das políticas de incentivo ao agronegócio,

com o estímulo à entrada de maquinários e tecnologias avançadas que os agricultores familiares dificilmente tem acesso, perdendo na concorrência contra as grandes fazendas.

A inserção da juventude rural nas dinâmicas de políticas públicas está geralmente relacionada às problemáticas do êxodo rural da população jovem e nas demandas por programas, direitos e políticas. Sendo assim, a construção de políticas públicas para garantir a sucessão rural e promover a qualidade de vida da população do campo precisa compor a agenda pública nos próximos anos. Com isso, alguns estados se organizaram frente a esse desafio, como por exemplo o Ceará.

4.2 O projeto São José Jovem

A juventude rural assume um importante papel de trazer esperança para seu território por meio da sucessão familiar no campo. Porém, as desigualdades econômicas e as dificuldades enfrentadas para manutenção desses jovens no campo, são ameaçadores e favorecem o esvaziamento desse território. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para o fortalecimento desse grupo tão vulnerável, muitas vezes, é a única esperança de mudar esse cenário. Na tentativa de fornecer um apoio técnico e financeiro para os jovens rurais cearenses, visando contribuir para a autonomia econômica e social desse grupo, a Secretária do Desenvolvimento Agrário do Ceará por meio do Projeto São José, lança pela primeira vez em 2021, um edital de seleção para juventudes rurais.

Dessa forma, jovens de 18 até 29 anos que integram famílias de agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e jovens oriundos de Escolas do Meio Rural, viram acender, a esperança de uma qualidade de vida melhor, nessa região marcada por tantas vulnerabilidades (Mesquita *et al.*, 2024). Por meio de iniciativas como essa, o Governo do Ceará trabalha para potencializar o protagonismo de jovens que cuidam e vivem do campo (Medeiros *et al.*, 2024). O projeto pensa juventudes e respeita suas diversas formas de expressão,

Um dos pontos relevantes da construção do Projeto São José Jovem foi, em 2018, a abertura de um diálogo das entidades governamentais com as organizações da sociedade civil que indicaram alguns aspectos relativos à juventude cearense. Segundo Medeiros *et al.* (2024), as questões encontradas foram:

“a frágil organização política da juventude rural cearense; o desconhecimento de direitos e políticas sociais destinadas à promoção do bem-estar dos jovens; o êxodo rural de jovens; a falta de incentivo financeiro do poder público; a baixa autoestima dos jovens, em decorrência do modo de vida rural precário; a escassez de oportunidades de formação técnica e política; o uso e o tráfico de drogas; homicídio

e suicídio entre jovens; a redução do trabalho decente e crescimento do trabalho informal; a desvalorização das culturas locais; a pouca ênfase no potencial da agricultura familiar e do uso de tecnologias digitais e sociais; a baixa articulação interinstitucional para o atendimento às necessidades básicas da juventude rural”.

Pensar em todas as juventudes que se expressam em nossa sociedade exige construir caminhos. O Projeto São José Jovem é este instrumento que busca promover o desenvolvimento rural sustentável, compreendendo a importância de incluir as juventudes cearenses (Medeiros *et al.*, 2024). Com isso, o Projeto São José Jovem busca enfrentar esses desafios garantindo que critérios como gênero, etnia e localidade sejam incorporados na seleção e acompanhamento dos participantes (Cavalcante *et al.*, 2025). Uma das inovações trazidas no Edital foi adaptar a linguagem à juventude e valorizar a trajetória e a vivência desses jovens, a inscrição foi realizada através do envio de um vídeo com o intuito de contar a sua trajetória e responder como o projeto poderia mudar a sua vida.

O projeto tem como foco: família de agricultores familiares, mulheres, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e jovens. Com isso, o objetivo é criar condições para que a juventude permaneça no campo e possui autonomia social, econômica e política. O Edital 03/2021 - Juventudes Rurais selecionou 286 jovens entre 18 e 29 anos, os quais foram contemplados com investimentos de R\$ 15.000,00 reais para desenvolverem iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda que abrangem atividades agrícolas e não agrícolas, que hoje estão em implementação em 87 municípios do estado do Ceará (Medeiros *et al.*, 2024).

A formulação e implementação do projeto se dá em parceria entre o Banco Mundial, a SDA e a Ematerce. Segundo Cavalcante *et al.* (2025), enquanto a SDA lidera o planejamento e a execução do projeto, a Ematerce desempenha um papel central no suporte técnico aos beneficiários, garantindo a implementação eficaz dos projetos. O financiamento do Banco Mundial não apenas viabiliza essas ações, mas também influencia as diretrizes estratégicas do projeto, alinhando-o às melhores práticas globais de desenvolvimento sustentável. Busca-se um desenvolvimento que considere as populações, suas realidades e o respeito aos saberes tradicionalmente adquiridos.

A partir da Aprovação da Lei nº 18.065, houve a regulamentação que permitiu os repasses de recursos para jovens com projetos aprovados no Edital do Projeto São José Jovem. Com isso, os objetivos gerais do projeto são:

“desenvolver o empreendedorismo e as habilidades para mercado entre jovens, fortalecendo e ampliando canais de comercialização, Contribuir para a implantação de boas práticas produtivas, o aumento da resiliência climática e o fortalecimento de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis; Levar inovação tecnológica;

Qualificar os jovens no âmbito da gerência; Promover a participação das juventudes rurais como protagonistas no processo de afirmação da permanência do jovem no campo, fomentando a sucessão rural; Apoiar diretamente as juventudes rurais de base familiar e iniciativas que permitam a geração contínua de renda para jovens do campo” (Medeiros *et al.*, 2024).

O projeto se dividiu em três etapas, na primeira fase aconteceram as inscrições e a seleção das manifestações de interesse, em segundo momento ocorreu a elaboração e aprovação do projeto de intervenção e por fim, na terceira fase se deu a implantação do projeto que contou com visitas de campo pela equipe técnica, formalização do contrato, repasse de recursos, apoio técnico e acompanhamento das atividades. Eram aptos a se inscrever jovens de 18 a 29 anos, moradores de zona rural, estudantes ou egressos de escola pública integrantes de famílias de agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, jovens oriundos de escolas do meio rural que tivessem concluído ou estivessem cursando o último ano do Ensino Médio e jovens que tivessem concluído Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC).

O Termo de Fomento firmado entre os jovens e o Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, tem vigência de 12 meses e é assinado após a apresentação do plano de trabalho (Medeiros *et al.*, 2024). Esse valor recebido com o financiamento poderia ser investido em: Equipamentos e tecnologias para melhoria e racionalização do uso da energia e da conservação, reuso e estocagem de água; Desenvolvimento, aquisição ou assinatura de componentes tecnológicos, como softwares e hardwares; Aquisição de equipamentos e acessórios para atividade produtiva; Melhoria da qualidade da produção, do produto ou do serviço desenvolvido, inclusive melhoria da gestão e organização para o mercado; Contratação de serviços relacionados à assistência técnica, ao desenvolvimento e à qualificação de produtos, embalagens e rótulos; Implantação de práticas e melhoria do solo, introdução de tecnologias e práticas para o aumento da resiliência climática; Contratação de serviços de certificação da produção, rastreabilidade, garantias de qualidade e para atendimento de demandas de compradores; Adequações nas unidades simplificadas de beneficiamento, processamento e/ou estocagem.

Dos jovens capacitados, 304 desenvolveram atividades produtivas agrícolas e 96 atividades não agrícolas. Estão em maior expressividade as atividades agrícolas desenvolvidas na área de apicultura, avicultura, bovinocultura do leite, ovinocaprino cultura, suinocultura e fruticultura. Entre os projetos não agrícolas, estão em maior expressividade serviços gráficos, salão de beleza, corte e costura e artesanato. No que se refere a assistência técnica, o apoio e o assessoramento técnico às juventudes rurais foram realizados na etapa de desenvolvimento dos projetos e, agora, estão sendo efetivados na etapa de implementação dos projetos aprovado

(Medeiros *et al.*, 2024). A partir das demandas da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e das atividades planejadas pela Ematerce no apoio aos jovens, a cada etapa os gestores das regionais da Ematerce, responsáveis técnicos pelo Termo de Fomento e Plano de Trabalho no Campo, acionavam os técnicos em cada território específico para orientar os jovens na execução de seus projetos. Ao todo, a equipe é composta por 57 técnicos que deram suporte aos 297 projetos aprovados e hoje acompanham os 286 projetos em execução (Medeiros *et al.*, 2024).

Em relação aos recursos, o São José Jovem destinou mais de R\$ 4,2 milhões para as 286 iniciativas financiadas. Isso representa 83,7% dos recursos totais investidos no projeto ou uma média de R\$ 14.929,16 investidos por projeto (Medeiros *et al.*, 2024). Os recursos investidos no processo de capacitação de 400 jovens foram 350.000,00; os recursos investidos na logística dos 16 encontros referentes à capacitação representou 480.000,00; aos 286 jovens foram repassados 4.269.741,62. Ao todo foram investidos 5.099.741,62.

De acordo com os dados publicados no artigo “Políticas públicas para a juventude rural: um estudo do Projeto São José Jovem no Ceará, Brasil” em termos quantitativos, o projeto obteve 1.280 inscrições, 400 jovens foram capacitados e 326 jovens foram classificados após a capacitação, 297 jovens foram classificados após a visita aos projetos e análise e 286 jovens com projetos financiados, conforme apresentado da Figura 1 (Cavalcante *et al.*, 2025). Os dados do percentual de 400 jovens, 63% eram mulheres e 37% homens.

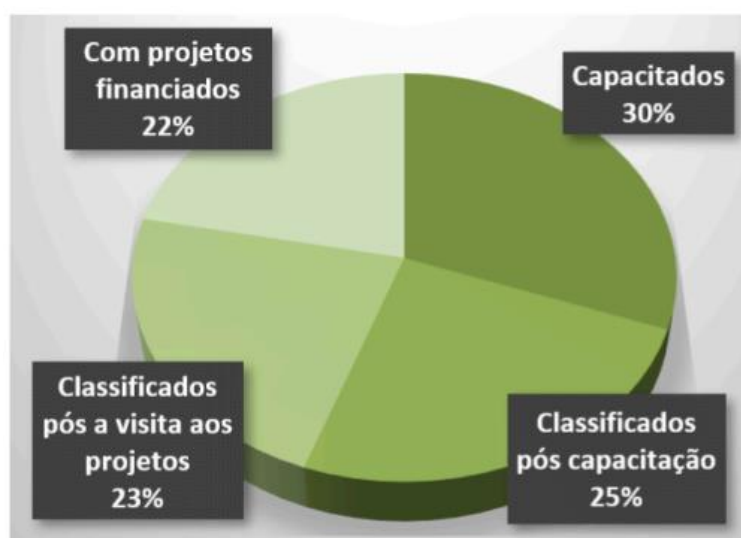


Figura 1. Dados iniciais sobre a implementação do Projeto São José Jovem no Ceará.
Fonte: (Cavalcante *et al.*, 2025).

No que se refere aos recortes interseccionais, o projeto valorizou as inscrições de indígenas, mulheres, quilombolas, negros, pescadores artesanais, atingidos por barragem,

ciganos, povos de terreiro e ribeirinhos. Em relação aos recortes de gênero, dentre os jovens 63% são mulheres e 37% são homens. Dos 400 jovens, 198 são agricultores familiares, 61 se identificaram como jovens de povo de terreiro, ribeirinhos ou quilombolas, 22 são filhos(as) de agricultores familiares, 20 são jovens atingidos por barragens, 16 são pescadores(as) artesanais e 13 são indígenas (Cavalcante *et al.*, 2025). Os dados acima serão estão representados na Figura 2.

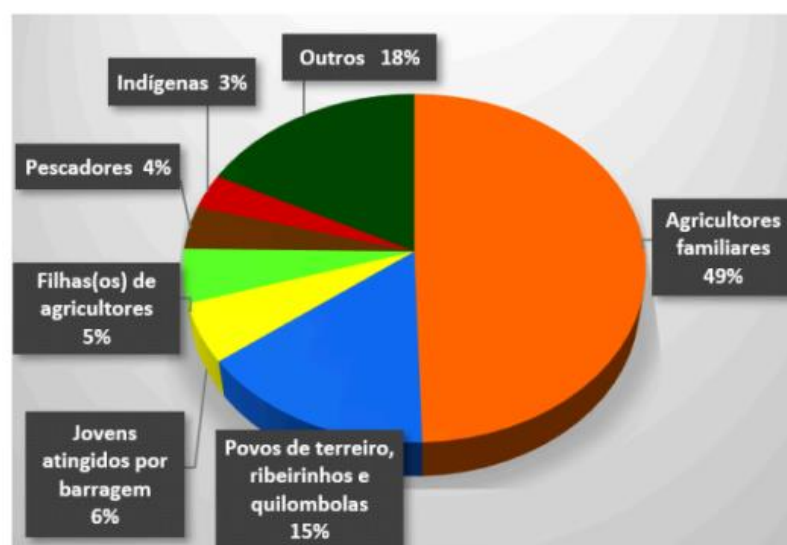


Figura 2. Participantes do projeto São José Jovem.

Fonte: (Cavalcante *et al.*, 2025).

Do total de jovens inscritos observa-se no quadro 1 que o município de Quixelô foi o que teve o maior número de jovens capacitados, seguido pelo município de São Benedito. Por outro lado, muitos municípios apresentaram apenas 1 jovem capacitado. Do total de municípios do Ceará, não tiveram jovens contemplados os municípios de: Abaiara, Acarape, Alcântaras, Alto Santo, Amontada, Antonina do Norte, Aracati, Aracoiaba, Ararendá, Araripe, Aratuba, Arneiroz, Assaré, Baixio, Barro, Baturité, Bela Cruz, Campos Sales, Caririaçu, Cariús, Carnaubal, Catarina, Caucaia, Miraíma Mucambo, Mulungu, Pacajus, Pacatuba, Palhano, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Parambú, Pentecoste, Pereiro, Ubajara, Pacoti, Pacujá, Tururu, Umari Croatá, Cruz, Ererê, Eusébio, Farias Brito, General Sampaio, Granja, Tabuleiro do Norte, Viçosa do Ceará, Tejuçuoca, Uruoca, Varjota, Tauá, Tarrafas, Milagres, Milhã, Uruburetama, Granjero, Guaiúba, Meruoca, Guaraciaba do Norte, Marco, Morada Nova, Guaramiranga, Horizonte, Ibicuitinga, Martinólope, Missão Velha, São João do Jaguaribe, Icapuí, Iracema, Itaitinga, Choró, Cedro, Chaval, Jati, Itaiçaba, Itapajé, Itarema, Senador Pompeu, São Gonçalo do Amarante, Jaguaruana, Jijoca de Jericoacoara, Saboeiro, Jucás, Maranguape, Maracanaú, Quixeré, Saboeiro, Redenção, Porteirias, Potengi, Poranga e Barbalha.

Tabela 1. Municípios e número de jovens capacitados pelo PSJJ.

Município	Nº	Município	Nº	Município	Nº
Acaraú	1	Hidrolândia	1	Novo Oriente	1
Acopiara	2	Ibaretama	3	Ocara	1
Aiuaba	2	Ibiapina	10	Orós	7
Altaneira	1	Icó	1	Parambu	8
Amontada	3	Iguatu	1	Pedra Branca	1
Apuiarés	2	Independência	3	Penaforte	3
Aquiraz	4	Ipaporanga	1	Pindoretama	1
Aurora	1	Ipaumirim	2	Piquet Carneiro	1
Banabuiú	7	Ipu	1	Pires Ferreira	1
Barreira	2	Ipueiras	4	Potiretama	2
Beberibe	3	Irauçuba	9	Quiterianópolis	11
Boa Viagem	1	Itapipoca	12	Quixadá	2
Brejo Santo	1	Itapiúna	1	Quixelô	57
Camocim	1	Itatira	3	Quixeramobim	10
Canindé	14	Jaguaratama	9	Reriutaba	1
Capistrano	1	Jaguaribara	1	Salitre	8
Caridade	1	Jaguaribe	4	Santa Quitéria	2
Cariré	1	Jardim	1	Santana do Acaraú	3
Fortim	1	Lavras da Mangabeira	3	Santana do Cariri	9
Catunda	1	Limoeiro do Norte	3	São Benedito	49
Chorozinho	1	Madalena	3	São Luís do Curu	2
Coreaú	1	Massapê	4	Senador Sá	1
Crateús	11	Mauriti	8	Sobral	5
Crato	4	Mombaça	1	Solonópole	1
Dep. Irapuan Pinheiro	2	Monsenhor Tabosa	4	Tamboril	11
Fortim	9	Moraújo	1	Tianguá	4
Frecheirinha	3	Morrinhos	1	Trairi	5
Graça	5	Nova Olinda	3	Umirim	1
Groaíras	1	Nova Russas	1	Várzea Alegre	6

Fonte: (Mesquita *et al.*, 2024).

4.3 Propostas que receberam capacitação do Projeto São José Jovem

4.3.1 Projetos Agrícolas

No que diz respeito aos projetos agrícolas que receberam capacitação do Projeto São José Jovem, observa-se no quadro 2, que os projetos agrícolas representam um maior percentual de escolha entre os jovens, totalizando 77%. A maior parte dos projetos voltaram-se para a Apicultura, Avicultura e Bovinocultura do Leite.

Tabela 2. Número de projetos agrícolas que receberam capacitação do PSJJ separados área.

Projetos Agrícolas	Nº	Projetos Agrícolas	Nº
Apicultura	56	Cocoicultura	1

Avicultura	40	Aquaponia	1
Bovinocultura de leite	36	Cafeicultura	1
Ovinocaprino cultura	25	Carcinicultura	1
Suinocultura	25	Floricultura rústica	1
Fruticultura	22	Fruticultura - plantio consorciado	1
Hortifruticultura	21	Insumo animal	1
Horticultura	18	Meliponicultura	1
Olericultura	11	Olericultura/prod. de alimentos	1
Fruticultura e horticultura	9	Peixaria	1
Piscicultura	8	Plantas ornamentais	1
Mandiocultura	7	Quintal agroflorestal	1
Avicultura caipira	4	Recuperação de solos	1
Cajucultura	3	Viveiro agroflorestal	1
Suinocultura e avicultura	2	Viveiro de mudas	1

Fonte: (Mesquita *et al.*, 2024).

Compreende-se que todas as atividades acima contribuem para o desenvolvimento rural sustentável. Ao delimitar os projetos com maior quantitativo, pretende-se compreender a forma que podem contribuir para a sustentabilidade no campo.

4.3.1.1 Apicultura

A Apicultura consiste na criação de abelhas para a produção de mel, própolis e outros produtos. Freitas, Khan e Silva (2004 apud Lourenço e Cabral, 2016) afirmam que a apicultura é uma atividade econômica que vem se revelando uma importante fonte de renda para a população rural, mormente quando conjugada com a agricultura familiar. Essa atividade apresenta baixo custo no que se refere a sua manutenção além de permitir uma associação a outras atividades, possibilitando a realização de diversificação das atividades desenvolvidas. Com isso, caso uma determinada atividade, como a agricultura, não seja bem-sucedida em determinado período, a renda do mel poderá minimizar os efeitos da redução ou perda da safra (Lourenço e Cabral, 2016).

Conclui-se que a apicultura contribui com todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Em relação a dimensão econômica, a apicultura fomenta a geração de renda e uma margem maior na lucratividade devido a diversidade de produtos produzidos, no âmbito social a apicultura contribui significativamente na diminuição do êxodo rural, já na dimensão ambiental a apicultura se torna um importante instrumento de conscientização da importância de preservação da natureza, além de não degradar os recursos naturais.

4.3.1.2 Avicultura

A avicultura dedica-se a criação de aves para produção de alimentos. Além disso, a avicultura familiar representa também uma alternativa de geração de renda para as comunidades. Segundo Cruz *et al.* (2013), a avicultura representa uma atividade viável com alto potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico de regiões menos favorecidas e mais distantes dos grandes centros comerciais.

Compreende-se que a avicultura familiar contribui com as dimensões do desenvolvimento sustentável. Ao pensar em uma nova forma de consumo que não representa a maneira exploratória e exaustiva utilizada nas tradições convencionais, a avicultura familiar caminha com as dimensões da sustentabilidade. Além disso, sob essa perspectiva estão as boas práticas que precisam ser utilizadas nos processos de tratamento dessas aves. Observa-se que as aves necessitam ter os seus princípios de liberdade acatados: ser livres do medo e do estresse, fome e sede, desconforto, dor e doenças, e poder expressar seu comportamento ambiental. (Piccolo *et al.*, 2024).

4.3.1.3 Bovinocultura do Leite

A Bovinocultura do Leite refere-se à atividade de criação de gado para a fins de produção leiteira. Nesse caso, os aspectos sociais, econômicos e ambientais se interligam entre si quando direcionados para a produção familiar. Segundo Klauck (2009), A atividade leiteira tem um importante papel na sustentabilidade das propriedades agrícolas familiares, tanto no autoconsumo, como na geração de renda, sobretudo diária.

Compreende-se que a consolidação de um projeto envolvendo a bovinocultura do leite pode contribuir de maneira significativa para qualidade de vida das comunidades. Segundo Klauck (2009), projetos nessa área também podem contribuir para a manutenção das estradas, facilidade de transporte, acesso à saúde e educação, consolidação dos comércios locais, emergências de pequenos núcleos urbanos, valorização da terra e fixação das famílias no campo para que não ocorra o êxodo rural.

Com isso, conclui-se que a bovinocultura do leite alcança todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, tornando-se uma atividade de grande valoração para construir uma sociedade mais justa e equilibrada.

4.3.2 Projetos não agrícolas

Segundo Duarte (2019), as atividades não agrícolas são vistas como positivas para a permanência dos jovens no campo em razão de manter proximidade com a propriedade, diversificação da renda, podem fazer o que gosta e ainda ter uma renda só sua. Compreende-se

que as atividades não agrícolas caminham na direção do desenvolvimento sustentável na dimensão de geração de renda e o fortalecimento da permanência dos jovens rurais no campo

No que diz respeito aos projetos não agrícolas que receberam capacitação do Projeto São José Jovem, observa-se no quadro 3 que políticas que financiem atividades, para além da agricultura, também são objetos de procura da juventude rural cearense.

Tabela 3. Número de projetos não agrícolas que receberam capacitação do PSJJ separados área.

Projetos não agrícolas	Nº
Produção de alimentos	19
Papelaria personalizada e serviços gráficos	12
Salão de beleza	11
Corte e costura	9
Artesanato	9
Panificadora	6
Mercadinho	4
Turismo comunitário	4
Esmaltaria	2
Artigos de decoração para festas e eventos	1
Área de lazer barbearia	1
Centro de comercialização desenho - arte realista	1
Desenvolvimento de plataforma digital	1
Desenvolvimento de software	1
Estamparia de itens e acessórios fábrica de artigos esportivos	1
Lava jato	1
Loja de eletrônicos e maquiagem	1
Loja de confecções e acessórios	1
Música	1
Naturopatia clínica	1
Oficina mecânica produção artesanal de cosmético	1
Sapataria	1
Serviços de oficina de motos	1
Venda de cosméticos	1

Fonte: (Mesquita *et al.*, 2024).

4.4 Contribuição do Projeto São José Jovem para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável surgem a partir da Agenda 2030, criada pela Organização das Nações Unidas. Esses objetivos propõem que as políticas públicas se

direcionem para enfrentar os desafios ambientais e econômicos da sociedade moderna. Segundo Cavalcante *et al.* (2025), em uma visão de planejamento macro, as agências internacionais condicionaram um novo olhar no que se refere a políticas públicas, alinhando as ações governamentais a uma agenda global.

Ao implementar uma política de inclusão social, econômica e que propõe a o desenvolvimento e a sustentabilidade, o PSJJ se mostra alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Segundo Cavalcante *et al.* (2025) o Projeto São José Jovem contribuí para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que tange à erradicação da pobreza (ODS 1), ao fomento à agricultura sustentável (ODS 2) e à promoção de trabalho decente (ODS 8). Por meio da capacitação de jovens e do apoio técnico e financeiro a projetos produtivos, o edital nº 3/2021 viabiliza a inclusão social e econômica, fortalecendo a sustentabilidade ambiental e a permanência da juventude no campo.

Compreende-se que o PSJJ ao propor uma implementação de boas práticas produtivas, fomenta o fortalecimento de sistemas alimentares, proporcionando uma possibilidade de alimentação saudável, contribuindo com o fomento à agricultura sustentável (ODS 1). Além disso, segundo Cavalcante *et al.* (2025), o PSJJ ao combinar inclusão social, sustentabilidade econômica e preservação ambiental, fomenta o desenvolvimento da promoção de trabalho descente e caminha para a erradicação da pobreza.

5 CONCLUSÃO

Após a análise dos dados percebeu-se que houve um avanço no cenário de construção de políticas públicas voltadas para a juventude rural. Essas políticas atuam no combate ao êxodo rural e fomentam a autonomia social e econômica desses jovens. Entretanto, é necessário pontuar a margem de diferença entre jovens que receberam a capacitação e jovens que tiveram seus projetos financiados, tendo em vista que o quantitativo caiu pela metade. Com isso, vale ressaltar que é necessário realizar uma análise dos motivos determinantes que levaram a esse resultado na seleção.

O Projeto São José Jovem inovou ao apresentar atividades agrícolas e não agrícolas como passíveis de financiamento. De maneira empírica, esse projeto contribuiu significativamente no avanço de políticas públicas para a juventude, além de corroborar para que os gestores(as) que estavam na direção do projeto pudessem vivenciar um novo paradigma de construção de políticas sob a perspectiva da sustentabilidade. Além disso, destaca-se que os critérios de seleção priorização grupos historicamente vulneráveis, fator que atribui extrema

relevância à essa política, tendo em vista que ações como essa podem contribuir para redução das desigualdades e para a melhora da qualidade de vida da juventude do campo.

Conclui-se que o Projeto São José Jovem é de fundamental importância para a juventude rural do estado do Ceará, devendo ser continuado e ampliado para que mais jovens de diversos municípios sejam beneficiados pelo projeto. Vale ressaltar que o Projeto São José Jovem contribui com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente com os objetivos que visam a promoção do trabalho decente, o fomento à agricultura sustentável e a erradicação da pobreza.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, João Bosco Cavalcante. 2008; **Elementos constitutivos de desenvolvimento local e capital social nos assentamentos Che Guevara e Santa Bárbara, no estado do Ceará.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização em História e Sociologia) – Faculdade ATENEU, Fortaleza, 2008.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 2 Ago., p. 123–151, 2006. DOI: 10.14393/RCT1211787. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas. Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. **Ato nº 63, de 30 de dezembro de 2024**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jan. 2025, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/ato-n-63-de-30-de-dezembro-de-2024-605102938>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. São Paulo: Melhoramentos, 1969; Gaia, 2010
- CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciencias Sociales, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/46302945_Juventude_rural_no_Brasil_processos_de_exclusao_e_a_construcao_de_um_ator_politico. Acesso em: 07 fev. 2025.
- CAVALCANTE, Isadora de Lourdes Araújo; SILVA, Rodrigo Paulino da; COSTA, Amanda Nayara de Melo; DIÓGENES, José Lenho Silva; XAVIER, Antônio Roberto; HOLANDA, Ana Karina Cavalcante; AMORIM, Aiala Vieira. Public Policies for Rural Youth: a Study of The São José Youth Project in Ceará, Brazil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 19, n. 1, p. e010645, 2025. DOI: 10.24857/rgsa.v19n1-001. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/10645>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- CEARÁ. Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo, altera a estrutura da administração estadual. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, n. 239, p.5, 21 dez. 2018. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20181221/do20181221p01.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- CEARÁ. Lei nº 18.065, de 17 de maio de 2022. Dispõe sobre a ação específica de apoio às juventudes rurais, no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, prevista no Acordo de Empréstimo Internacional nº 8986-BR. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, n. 103, p 1, 17 maio 2022. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/agropecuaria/item/7547-lei-n-18-065-17-05-2022-d-o-17-05-22>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- CEARÁ. Lei nº 19.135, de 19 de dezembro de 2024. Dispõe sobre a modificação do art. 28-B da Lei Estadual nº 12.228, de 9 de dezembro de 1993. **Diário Oficial do Estado do Ceará**,

Fortaleza, n. 240, p 5, 19 dez. 2024. Disponível em:
<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20241219/do20241219p01.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CEARÁ. Secretária do Desenvolvimento Agrário. **Edital nº 03/2021**. Seleção de Juventudes Rurais. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/download/projeto-sao-jose-iv/> Acesso em: 28 de nov. 2024.

CRUZ, F. G. G.; CHAGAS, E. O. das; BOTELHO, T. R. P. Avicultura familiar como alternativa de desenvolvimento sustentável em comunidades ribeirinhas do Amazonas. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/205>. Acesso em: 29 jan. 2025.

DUARTE, Luana Cristina. **Atividades não agrícolas e sucessão de jovens no campo**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19636>. Acesso em: 29 jan. 2025.

EHLERS, Enrique. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Políticas Públicas para a agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 21 jan. 2025._

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 63, 2002. Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 30 de jan. 2025.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 31 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Novo trabalho do Ipece revela indicadores sobre educação e mercado de trabalho entre jovens**. Ceará: IPECE, 2023. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/noticias/novo-trabalho-do-ipece-revela-indicadores-sobre-educacao-e-mercado-de-trabalho-entre-jovens/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

KHAN, A. S.; NEIVA, A. C. G. R.; SILVA, L. M. R. Projeto São José e o desenvolvimento rural no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília**, v. 39, n. 3, p. 143-172, 2001. Disponível em:

<https://revistasober.org/journal/resr/article/5d8d29430e88255869140c97>. Acesso em: 4 set. 2024.

KLAUCK, Jaqueline Bilibio. **Bovinocultura leiteira no desenvolvimento sustentável**. Anais do II Simposio Iberoamericano en Comercio Internacional, Desarrollo e Integración Regional, 22 à 24 de Outubro de 2009, UNIJUI, Santa Rosa, RS. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/zootecnia/bovinocultura/artigos/BOVINOCULTURA%20LEITEIRA%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENTAVEL.pdf>. Acesso em 29 jan. 2025.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. 9ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2015.

LOURENÇO, M. S.M; CABRAL, J. E. O. Apicultura e Sustentabilidade: Visão dos Apicultores de Sobral (CE). **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 93–115, 2016. DOI: 10.17765/2176-9168.2016v9n1p93-115. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/3114>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MADEIRA, S. A.; KHAN, A. S.; SOUSA, E. P.; BARROS, F. L. A. Análise da modernização agrícola cearense no período de 1996 e 2006. **GEOSUL (UFSC)**, v. 34, n. 72, p. 307-334, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n72p307>. Acesso em: 18 de jan, 2025.

MEDEIROS, Rogério de Souza. Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019, p. 79-104.

MESQUITA, Lafaiete Almeida; HOLANDA, Ana Karina Cavalcante; MACIEL, Francisco Rone Costa; LIMA, João Nogueira; SOUZA JÚNIOR, Moacir; LIMA, Maria Lucimar dos Santos. **São José Jovem: um caminho para a inclusão produtiva das juventudes rurais no Ceará**. Fortaleza: 2024. *E-book*. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2020/11/ebookPTSaojosejovem-2024.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/425>. Acesso em: 30 de jan. 2025.

MOURA, Romero Marinho de. **Rachel Carson e os agrotóxicos 45 anos após Primavera Silenciosa**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, [S. l.], v. 5, p. 44–52, 2013. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/188>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MOURAD, L. A. de F. A. P.; KIST, A. C. F.; MAURER, A. C. As políticas ambientais brasileiras e a influência das conferências internacionais do meio ambiente. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 26, p. e9, 2023. DOI: 10.5902/2236499473478. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/73478>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. **Se a juventude do campo some, a cidade passa fome**. Brasil: MAPA, 2023. Disponível em: <https://mpabrazil.org.br/noticias/se-a-juventude-do-campo-some-a-cidade-passa-fome/>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

ONU. **Relatório de Brundtland**. Nova York: Organização Das Nações Unidas, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/agenda-2030>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PANZUTTI, N.; MONTEIRO, A. V. Agricultura familiar e políticas públicas. **Cadernos CERU**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 2, p. 131–145, 2015. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v25i2p131-145. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/98767..> Acesso em: 20 jan. 2025.

PICCOLO, E.; DUVAL, H; FERRAZ, J. M. G.; GALLO, Z. Sustentabilidade na avicultura brasileira: protagonismo no Mercosul e principais blocos exportadores. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 01–25, 2024. DOI: 10.56579/rei.v6i1.864. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/864>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo modernização conservador: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.40, n.3, p. 411-424, 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/367>. Acesso em: 8 fev. 2025.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1979.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Brasília, DF: CAPES, 2009. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20-%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Rua%202009.pdf?dl=0>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Hora de Plantar – HPNet**. Ceará: SDA, 2014. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2014/08/21/programa-hora-de-plantar-hpnet/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SILVA, R. P.; BARICELO, L. G.; VIAN, C. E. F. Evolução, composição e distribuição regional do estoque de tratores e máquinas agrícolas no Brasil. In: FILHO, J. E. R. V.; GASQUES, J. G. (org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília, DF: IPEA; 2020. p. 414. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap10>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21–44, 2017. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SPÍNOLA, P. A. C.; OLLAIK, L. G. Instrumentos governamentais reproduzem desigualdades nos processos de implementação de políticas públicas? *In*: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019, p.329-348.

STROPASOLAS, V. L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. *In*: **Juventude Rural e políticas públicas**. Coleção juventude. Série estudos/ n.1. – Brasília: Presidência da República, 2014.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 2, p. 21-42, 1 set. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339>. Acesso em: 18 de jan. 2025.